



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Reitoria

Estudo Técnico Preliminar

Modelo Conforme [INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40, DE 22 DE MAIO DE 2020](#)

1. Informações Básicas

Número do processo: [23188.001912.2021-96](#)

Objeto da Contratação: Serviço de controle de acesso de pessoas e veículos para as duas entradas da Reitoria do IFMT (Recepção e Estacionamento) mediante fechaduras eletroímãs e portão eletrônico, incluindo softwares, instalação, configurações, testes, ajustes, suporte, manutenções preventivas e corretivas, bem como treinamento da equipe operacional da CONTRATANTE

2. Descrição da necessidade

2.1. A Reitoria representa a sede administrativa do IFMT, responsável pela realização das tomadas de decisões a nível estratégico e guardião dos principais sistemas da instituição.

2.2. Com a composição de mais de 200 servidores no quadro, o frequente acesso de servidores de outros *campi*, fornecedores e parceiros institucionais, o prédio se tornou um ambiente movimentado, permitindo fácil acesso ao público externo, com pouco ou nenhum controle sobre a identificação dos usuários em seu interior.

2.3. Devido a importância institucional de determinados bens patrimoniais sob a guarda desta Reitoria, como os servidores de bancos de dados que guardam informações essenciais para o funcionamento da instituição, foi identificado a necessidade de controlar o acesso dos usuários ao interior do prédio à procura de resguardar o patrimônio do IFMT e seus servidores.

3. Área requisitante

Nome do setor Requisitante: Pró-Reitoria de Administração

Responsável: Tulio Marcel Rufino de Vasconcelos Figueiredo

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar - ETP encontra-se devidamente amparada pelo art. 3º do Decreto 9.507/2018

Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

A solução deverá ter um caráter de continuidade e obedecer às práticas de sustentabilidade, preconizadas na Instrução Normativa nº 01/2010.

A solução precisa fornecer recursos humanos, materiais e equipamentos adequados para o atingimento da necessidade, subsidiando as tomadas de decisão e registros que possam ser rastreados, visando um controle de acesso adequado, bem como a guarda dos bens existentes na Reitoria deste IFMT.

Requisito para Habilitação Técnica

Para cumprimento do objeto da contratação é necessário o atendimento de alguns requisitos mínimos necessários, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução.

Para qualificação técnica, o licitante deverá comprovar aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto, por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, na forma a ser determinada no Aviso de Dispensa Eletrônica.

O conteúdo dos atestados de capacidade técnica deve ser suficiente para garantir à Administração que o contratado terá aptidão para executar o objeto pretendido.

Da justificativa acerca da natureza continuada do serviço:

O objeto de contratação possui **natureza continuada** devido a sua essencialidade. Visa assegurar a integridade do patrimônio público, evidenciando a necessidade de atendimento permanente e contínuo, de modo que sua interrupção pode comprometer a continuidade de suas atividades finalísticas desempenhadas pela Reitoria deste IFMT. Conforme Art. 1º Inciso II da Portaria 195, de 25 de janeiro de 2016 .

Além de ser prestado de forma contínua, a **natureza do objeto a ser contratado é comum**, nos termos do parágrafo único, do art. 6º, Inciso XIII, da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado.

Dos critérios e práticas de sustentabilidade:

Os critérios e práticas de sustentabilidade serão descritos como especificação técnica do objeto ou como obrigações da contratada, nos termos do Decreto nº 7.746/12.

Os serviços deverão respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, atendendo aos critérios de sustentabilidade assim como os descritos abaixo, quando possível:

- a) A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;
- b) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- c) Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis;
- d) Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução Conama nº 401, de 04 de novembro de 2008.

5. Levantamento de Mercado

A contratação da prestação de serviços de controle de acesso de pessoas e veículos mediante Sistema de Controle de Acesso (SCA) e Circuito Fechado de Televisão (CFTV) varia sensivelmente de um órgão para outro, de acordo com suas peculiaridades.

Desta forma foi realizada consulta de mercado em contato com empresas locais que prestavam serviço de implantação de controle de acesso a prédios.

O modelo de negócios apresentado pelas empresas compreendiam a prestação de serviços de monitoramento remoto e fornecimento dos equipamentos, acessórios e periféricos em regime de comodato. As principais diferenças encontradas nas propostas de solução do problema estavam relacionadas aos equipamentos responsáveis pela identificação dos usuários, os quais poderiam utilizar das tecnologias de cartões de proximidade, Qr code, biometria facial ou por meio de digitais.

Optou-se pela utilização de cartões de proximidade e QR code como métodos de identificação devido ao seu custo benefício em relação aos demais. Propicia menor contato físico em relação a biometria por meio de digitais,

opção relevante considerando o combate à disseminação da Covid-19, e menor valor em relação a biometria facial.

Em relação ao pagamento dos serviços de manutenção, optou-se pelo pagamento de um valor fixo mensal, correspondente à manutenção preventiva mensal e a manutenção corretiva.

6. Descrição da solução como um todo (campo obrigatório)

A **vigência inicial** do contrato será de **06 (seis) meses**, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, até o limite máximo de 5 (cinco) anos, nos termos do artigo 106 da lei nº 14.133/2021.

Material utilizado: Os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão prestados com o fornecimento, pela CONTRATADA, de todo o material necessário, tais como cabos, fios, eletrodutos, abraçadeiras, adaptadores, conectores e fontes, ferramentas e equipamentos necessários, etc.

A CONTRATADA assumirá a responsabilidade e ônus pelo fornecimento de todos os equipamentos, ferramentas e materiais de consumo e lubrificação, limpeza, etc, necessários à perfeita operação e funcionamento dos equipamentos e instalações, seguindo também às recomendações constantes nos manuais dos fabricantes, no que tange à manutenção.

Sempre que houver necessidade de substituição de peças, componentes e acessórios a CONTRATADA deverá emitir relatório comprovando a necessidade técnica do serviço, de forma clara e precisa.

No desempenho do serviço de manutenção preventiva ou corretiva, a CONTRATADA assumirá o ônus pelo fornecimento de materiais e execução das tarefas conexas, tais como: abertura e reposicionamento do forro, rasgos/cortes em alvenarias e pisos, recomposições de toda a natureza dos revestimentos, perfurações em paredes e lajes, pinturas, lixamentos, andaimes e outros serviços que se fizerem necessários.

Os materiais provenientes de desmanche ou desmontagem, reaproveitáveis ou não, deverão ser convenientemente removidos para os locais indicados pela CONTRATANTE. Ao término dos serviços, a CONTRATADA será responsável pela limpeza geral e pormenorizada das áreas afetadas.

A EXECUÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE SCA E CFTV:

A execução dos serviços de implantação será iniciada em até **30 (trinta)** dias após o recebimento da ordem de fornecimento, na forma que segue:

Os serviços de instalação poderão ser executados no horário das 9:00 às 16:00 horas de segunda a sexta.

A Contratada deverá concluir os serviços de instalação em até **30 (trinta)** dias após o início da execução dos serviços.

Os serviços de instalação serão prestados com o fornecimento, pela CONTRATADA, de todo o material necessário, tais como cabos, fios, eletrodutos, abraçadeiras, adaptadores, conectores e fontes, ferramentas e equipamentos necessários, etc.

Durante o serviço de instalação, a CONTRATADA assumirá o ônus pelo fornecimento de materiais e execução das tarefas conexas, tais como: abertura e reposicionamento do forro, rasgos/cortes em alvenarias e pisos, recomposições de toda a natureza dos revestimentos, perfurações em paredes e lajes, pinturas, lixamentos, andaimes e outros serviços que se fizerem necessários.

A CONTRATADA deverá obedecer rigorosamente às normas e códigos aplicáveis aos serviços em pauta, sendo que as especificações da ABNT serão consideradas como elemento base para quaisquer serviços ou fornecimentos de materiais e equipamentos.

Todos equipamentos utilizados para a instalação das portas controladas e das leitoras biométricas das estações de credenciamento deverão ser plenamente compatíveis com a solução de controle de acesso já instalada.

As peças, equipamentos e materiais fornecidos **deverão seguir as especificações técnicas contidas no Termo de Referência**.

Os produtos entregues somente serão considerados aceitos após verificação, pelo fiscal do contrato, do pleno funcionamento da solução SCA e CFTV.

A CONTRATADA assumirá a responsabilidade e ônus pelo fornecimento de todos os equipamentos, necessários à perfeita operação e funcionamento do sistema de controle de acesso, tais como controladores de porta, placas de

extensão, *switches*, leitores QR code, botões de saída, botões de emergência, fechaduras eletromagnéticas e licenças de software.

A manutenção preventiva e corretiva deverá:

- ser prestada por, pelo menos, 1 (um) Técnico e 1 (um) ajudante técnico;
- abranger os equipamentos e softwares envolvidos no contrato;
- garantir a evolução dos elementos (softwares de CFTV e controle de acesso);
- contemplar a atualização de versões dos softwares;
- obedecer rigorosamente às normas e códigos aplicáveis aos serviços em pauta, sendo que as especificações da ABNT serão consideradas como elemento base para quaisquer serviços ou fornecimentos de materiais e equipamentos;
- manter todos os componentes e sistemas em condições normais de funcionamento, executando todos os serviços de manutenção necessários a permitir a operação do sistema de CFTV e SCA, sem alterar as características técnicas destes.

No que as normas da ABNT faltarem ou forem omissas, deverão ser consideradas as prescrições, indicações, especificações, normas e regulamentos de órgãos e de entidades internacionais reconhecidos como referência técnica, bem como as recomendações dos fabricantes dos equipamentos e materiais que compõem o sistema.

O serviço de atualização de versão tem por finalidade assegurar a devida atualização da solução durante o período de vigência do contrato. Refere-se ao fornecimento de novas versões e a releases da solução lançados no período. A cada nova liberação de versão e de *release*, a CONTRATADA deverá fornecer juntamente as atualizações de manuais e demais documentos técnicos, bem como nota informativa das novas funcionalidades implementadas.

Os serviços de manutenção preventiva e corretiva terão prazo de 06 (seis) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato. O pagamento destes serviços será em parcelas mensais.

Manutenção Corretiva:

Abrangência e finalidade:

A manutenção corretiva consiste no conserto de defeito ou falha, bem como em ajustes no funcionamento nos componentes do Sistema de CFTV e SCA.

O serviço de manutenção corretiva deve considerar também a mão de obra especializada necessária para instalação e troca de peças e equipamentos, bem como para eventuais retiradas, ou reposicionamento.

As peças e materiais a serem utilizados deverão ser originais, novos, de primeiro uso e compatíveis com os Sistemas de CFTV e SCA instalados no prédio da CONTRATANTE, estando ainda em conformidade com o disposto no termo de referência.

A substituição de peças e materiais só poderá iniciar quando houver comunicação prévia e por escrito à FISCALIZAÇÃO, contendo, pelo menos: nomes dos profissionais envolvidos, relação de materiais, data e hora prevista;

Fica a CONTRATADA responsável pela reposição de material, item de acabamento ou equipamento danificado das instalações da CONTRATANTE em decorrência de imperícia na execução da manutenção.

A CONTRATADA deverá dispor de peças para manutenções, em quantitativo suficiente ao atendimento das demandas, para uso imediato, se necessário.

As peças danificadas que estiverem no período de garantia deverão ser substituídas pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE.

No caso dos serviços executados em desconformidade com o especificado neste Termo de Referência, a empresa contratada deverá substituí-los no prazo não superior a 2 (dois) dias úteis, contados da comunicação realizada pela CONTRATANTE, correndo às expensas da própria empresa quaisquer custos advindos da substituição.

Caso os serviços sejam diferentes dos propostos ou apresentarem defeitos, serão considerados não entregues e a contagem do prazo de entrega não será interrompida em decorrência do não recebimento, arcando a empresa prestadora do serviço com o ônus decorrente deste atraso.

Prazo para a realização do serviço:

A manutenção corretiva será executada:

- A visita técnica ao local do ocorrido deverá ser realizada em até 2 (duas) horas após o chamado técnico;
- Após a visita técnica, caso haja necessidade, a troca de peças deverá ser realizada em até 24 (vinte e quatro)

- horas após a aprovação do orçamento;
- Esses prazos devem ser observados inclusive aos finais de semana;
 - Casos excepcionais, em que os serviços não puderem ser atendidos dentro do prazo estabelecido, o CONTRATANTE poderá conceder dilação do prazo, desde que a justificativa apresentada pela CONTRATADA seja acatada pelo fiscal do contrato.

A manutenção relativa aos servidores, switch e storages deverá incluir as seguintes atividades:

- Substituição de HDs, coolers, capacitores, conectores, entradas USB e fontes, quando necessário;
- Configurações de ajuste nos servidores, switch e storages instalados, inclusive reformatação de HDs;
- Instalação e configuração de novos servidores, switch e storages;
- Remanejamento de servidores, switch e storages e de câmeras entre os servidores, switch e storages.

A manutenção relativa às Portas Controladoras deverá incluir as seguintes atividades:

- Substituição de placas de controle, bateria e fonte, quando necessário;
- Reconfiguração da porta controladora;
- Caso os equipamentos estejam dentro do período de garantia, deverão ser observados quais serviços poderão ser realizados para que não haja perda da garantia.

Formalização da demanda:

A manutenção corretiva dar-se-á através da abertura de chamado técnico pela CONTRATANTE, descrevendo todas as informações relevantes para a análise da CONTRATADA;

O chamado técnico poderá ser realizado através de telefone, e-mail ou escritório;

Ao receber o chamado técnico, a CONTRATADA deverá gerar uma Ordem de Serviço;

Alternativamente poderão ser considerados como chamados as mensagens automáticas de falhas do sistema que sejam redirecionadas para a CONTRATADA;

Todas as solicitações serão registradas pela CONTRATANTE e pela CONTRATADA, objetivando o acompanhamento e controle da execução do Contrato;

Para efetivação dos chamados, a CONTRATADA deverá disponibilizar telefones celulares para os técnicos envolvidos com a manutenção e a assistência técnica;

Caso seja necessária a substituição de peças defeituosas, a CONTRATADA deverá solicitar a autorização da CONTRATANTE;

Após a conclusão do serviço de manutenção corretiva por parte da CONTRATADA, o fiscal técnico do contrato deverá verificar o correto funcionamento do equipamento e atestar a Ordem de Serviço;

Caso seja diagnosticada alguma falha, defeito ou desconformidade com as especificações, a CONTRATADA deverá realizar as devidas correções no prazo estipulado pela CONTRATANTE.

RELATÓRIOS:

Ao longo dos serviços a futura contratada deverá apresentar relatórios e laudos que auxiliarão a fiscalização na comprovação da execução e acompanhamentos dos serviços, bem como relatar as condições dos sistemas mantidos.

Relatório de Atendimento Técnico (RAT):

Mensalmente, previamente à fatura para pagamento, a contratada deverá apresentar à fiscalização Relatório de Atendimento Técnico, que deverá conter as manutenções realizadas através do plano de manutenção, o registro de todos os chamados abertos e indicações de ações a serem tomadas pela CONTRATANTE e CONTRATADA para solução destes problemas apontados, podendo o MJSP reter a fatura mensal caso o relatório não seja entregue. Sempre que solicitado pela fiscalização, a CONTRATADA deverá apresentar laudos do Sistema de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) e Sistema de Controle de Acesso (SCA).

O Relatório de Atendimento Técnico deverá detalhar, no mínimo, as seguintes características:

- Marca e Modelo do equipamento;
- Número de Série e Número do Registro Patrimonial do equipamento (se possível);
- Motivo da visita (manutenção preventiva, corretiva ou outro);
- Defeito relatado;
- Defeitos detectados durante a visita;
- O serviço que foi executado;

- Os serviços que ainda serão necessários para a solução dos defeitos;
- Lista de peças que necessitam ser substituídas, com código (part number) do fabricante;
- Lista de peças que foram substituídas, incluindo o código (part number) do fabricante;
- Após cada serviço prestado, o RAT será assinado pelo técnico responsável pelo atendimento, por parte da CONTRATADA, incluindo data e hora da conclusão do atendimento.

O RAT deverá ser atestado pelo Engenheiro da empresa e protocolado mensalmente previamente a fatura mensal de pagamento dos serviços executados pela empresa.

A CONTRATADA poderá propor um modelo diferente de RAT, desde que contenha todos os dados requeridos, sendo necessária apresentação por escrito e aprovação formal pelo fiscal/gestor.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas (campo obrigatório)

A estimativa da quantidade para suprir as necessidades dessa contratação tem como base os pontos de acesso ao prédio, que compõe duas portas de entrada e um portão exclusivo para veículos, correspondendo ao seguinte:

Item	Unidade	Qty	Descrição/Especificação
01	Unidade	1	SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO Mão de obra necessária para implantação da solução, inclusive referentes a mudanças na infraestrutura do prédio. Parcela única
02	Unidade	1	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS Materiais necessários para implantação da solução como cabos, câmeras, fechaduras, alarmes antivolação, interfones, botões acionadores, controles remotos e cartões de proximidade. Parcela única
03	Serviço Mensal	6	CONTROLE DE ACESSO 24h Sistema de controle de acesso a usuários mediante leitura de código QR e cartões de proximidade; Processamento, validação e armazenamento local de usuários e eventos de acesso; Capacidade mínima de armazenamento para 500 usuários; Conexão à internet; Circuito Fechado de TV; Gravação e armazenamento de imagens em tempo real 24h/dia, 7dias/semana; Controle de acesso a veículos mediante controle remoto; Gerenciamento via nuvem; e Assistência técnica preventivas e corretivas, presencial 24h. Serviço mensal Período: 6 meses.

8. Estimativa do Valor da Contratação (campo obrigatório)

A estimativa de preços será realizada de forma concomitante à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, conforme previsto nos parágrafos 4 e 5 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021.

§ 4º Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a estimativa de preços de que trata o caput poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.

§ 5º O procedimento do § 4º será realizado por meio de solicitação formal de cotações a fornecedores.

As propostas serão agrupadas na **planilha de estimativa de preços** e posteriormente anexada em PDF ao processo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução (campo obrigatório)

No que se refere a formação de grupos, conforme já decidiu o Tribunal de Contas da União, “inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem relação entre si”. (Acórdão 5.260/2011-1ª Câmara). Recente decisão do TCU corroborou esse entendimento.

Nesse sentido, constata-se que a atuação da administração está balizada de acordo com o art. 49, da mesma LC 123/2006, vejamos:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:
(...) III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

Sob esse enfoque, o fracionamento desse único item afetará a negociação, na medida em que devem ser levados em conta (i) a diluição do custo de logística, (ii) a redução de riscos de fornecimento e de eventuais problemas de integração, como a qualidade, a utilização, a uniformidade final do objeto (Segurança Patrimonial por Monitoramento Eletrônico) e, além disto, (iii) a economia de escala.

Por fim, o processo de seleção do fornecedor do presente objeto não será parcelado, e em última análise, vislumbramos ser vantajoso para a Administração ter um único contrato para o mesmo serviço, pois, caso a licitação ocorresse por itens isolados, os custos com publicação, gestão, entre outros, seriam bem maiores, além de representar perda de economia de escala. E, ainda sob a perspectiva técnica, a centralização da responsabilidade em uma única empresa contratada, a qual consideramos adequada não apenas em vista do acompanhamento de problemas e soluções, mas mormente em termo de facilitar a verificação das suas causas atribuições de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado, por todo o exposto a execução dos serviços, por um só particular se mostra mais satisfatória do que a se fosse efetuada por vários particulares, é cediço, que a regra é o parcelamento do objeto de que trata o inciso V, item b, e os § 2º e § 3º do art. 40 da Lei 14.133/2021, cujo o objetivo é o de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, mas é imprescindível que se tenha um olhar voltado também para a área técnica que não caminha isolada mas sim vinculado aos procedimentos licitatórios, ou seja, caminha com o edital onde se origina a contrato, o Termo de Referência, o presente trabalho de Estudo Técnico Preliminar e o contrato, por essas razões não vislumbramos motivos, para separar a presente licitação em itens. Considerando ainda que o aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública, nas linhas do Acórdão nº 861/2013 - Tribunal de Contas da União - Plenário

Na execução dos serviços contratados:

Os serviços de instalação dos SCA e CFTV deverão ser realizados conforme detalhado no item 06 (seis) deste estudo, devendo ter início imediatamente após a assinatura do contrato, nos local definidos pelo IFMT - Reitoria não sendo justificada execução parcelada.

Para os serviços de monitoramento e manutenção, a execução será parcelada no período de vigência do contrato a ser firmado, considerando o detalhamento e especificidades apontados neste estudo preliminar.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes no que tange ao presente objeto da contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento (campo obrigatório)

A contratação não consta no PGC/PAC 2021, será inclusa extemporaneamente.

12. Resultados Pretendidos

- 12.1. Eficiência e especialização das atividades finalísticas;
- 12.2. Adoção de medidas mais eficientes no tratamento dos acontecimentos relacionados à segurança das pessoas e do patrimônio desta Reitoria por meio do Sistema de Circuito Fechado de TV e do Sistema de Controle de Acesso;
- 12.3. Promoção do suporte operacional necessário para a realização direta de serviços de manutenção preventiva e corretiva.

13. Providências a serem Adotadas

O objeto da presente contratação não apresenta peculiaridades que justifiquem a necessidade de capacitação específica para os servidores que irão atuar no contrato.

Não configura-se necessária a elaboração de cronograma para adequação de ambientes visando o início da prestação dos serviços.

Conforme informado, não há risco da contratação falhar em relação a adequações do ambiente da organização, pois tais adequações não são necessárias.

Entende-se que não há providências relevantes a serem adotadas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Dos critérios e práticas de sustentabilidade:

Os critérios e práticas de sustentabilidade serão descritos como especificação técnica do objeto ou como obrigações da contratada, nos termos do Decreto nº 7.746/12.

Os serviços deverão respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, atendendo aos critérios de sustentabilidade assim como os descritos abaixo, quando possível:

A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;

Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis;

Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução Conama nº 401, de 04 de novembro de 2008.

15. Declaração de Viabilidade (campo obrigatório)

Informe abaixo a **viabilidade** do objeto deste ETP. Caso o projeto seja inviável, é obrigatório **informar a justificativa de inviabilidade**.

(x)Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

Da modalidade de licitação: Em razão do valor da contratação optou-se pela dispensa de licitação fundamentado na Lei 14133/2021 Art. 75 Inciso II

()Esta equipe de planejamento declara **inviável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME. pelas seguintes justificativas:

Responsável(eis) pela elaboração do estudo preliminar:

Cuiabá-MT, 22 de outubro de 2021

Tulio Marcel Rufino de Vasconcelos Figueiredo
Presidente - Demandante
Matrícula Siape 2749599

Sebastião Henrique do Nascimento
Representante da Área Técnica
Matrícula Siape 1096316

Pâmella Elis Bandeira
Representante da Área Administrativa
Matrícula Siape 2089490

Documento assinado eletronicamente por:

- **Tulio Marcel Rufino de Vasconcelos Figueiredo**, PRO-REITOR - CD0002 - RTR-PROAD, em 22/10/2021 11:10:25.
- **Sebastiao Henrique do Nascimento**, COORDENADOR - FG0002 - RTR-COORDLOG, em 25/10/2021 07:40:26.
- **Pamella Elis Bandeira**, DIRETOR - CD0003 - RTR-DADM, em 25/10/2021 09:06:23.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 13/09/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifmt.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 239050

Código de Autenticação: 2d91528e79

